

POR UMA LINGUAGEM NÃO BINÁRIA: ALGUMXS REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE GRAMÁTICA NA SALA DE AULA

Bruno Pacheco

Universidade Estadual de Santa Cruz

Ádrian Henrique Ferreira Barboza

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Celio Silva Meira

Professor da rede estadual de educação e da Prefeitura Municipal de Poções- Bahia.

Resumo: Com o avanço dos estudos sobre gênero e sexualidade, muito se tem falado acerca das variações de gêneros, dentre eles o gênero neutro, conhecido, especificamente, por não-binário. Nessa perspectiva, a não-binaridade de gênero possui o objetivo de dismantelar o processo cisheteronormativo dicotômico: feminino-masculino; mulher-homem; menina-menino. Esse processo binário, no qual somos inseridos desde o nascimento, cria uma segregação e imposição de normas sob aquelas pessoas desviantes dos padrões socioculturais. Na escola, desde os anos iniciais até o fim do Ensino Médio, educadoras/educadores promovem a normatividade binária ao apresentar a alunas/alunos/alunes a função do gênero, isto é, os papéis sociais atribuídos a meninas e meninos, indo desde o brinquedo tido como correto até o modo de sentar-se. Ao chegar no Ensino Fundamental e Médio, mais uma vez alunas/alunos/alunes recebem uma gama de binaridade, desta vez, com o ensino de gênero por meio da gramática. Este artigo pretende discutir sobre o binarismo feminino-masculino presente nas gramáticas da língua portuguesa, ensinadas nas salas de aula. Aqui, pretende-se também propor uma possível reflexão de inclusão do ensino de uma linguagem não-binária a jovens do Ensino Fundamental e Médio.

Palavras chave: Escola; Gênero Não-Binário; Gramática.

INTRODUÇÃO

Pensar no Português Brasileiro como língua excludente e segregativa é tema de diversos teóricos que, ao longo de seus estudos, revelam um idioma opressor, racista e sexista. Durante anos, autores como Marcos Bagno (2001; 2009) denunciam o Português Brasileiro (PB), sobretudo a norma culta, por criar um cisma entre classes escolarizadas e classes de baixa escolaridade. Em seu livro *Preconceito Linguístico*, Bagno nos faz refletir sobre a discrepância entre o português ensinado na escola e o português falado diariamente nas ruas do Brasil afora. Para o autor, “[...] o grande problema é que esse ensino até hoje, depois de

mais de cento e setenta anos de independência política, continua com os olhos voltados para a norma linguística de Portugal [...]” (BAGNO, 2001, p. 26). Em outros termos, aquilo que se encontra prescritos nas gramáticas normativas fogem da realidade dos falantes do PB. O português descrito nas gramáticas e ensinado nas escolas está mais próximo do português falado em Portugal do que do português brasileiro falado nos guetos, nas comunidades, nas periferias, nas roças, por negros, lésbicas, travestis, *trans*, gays, etc.

Dante Lucchesi (2015) também aponta questões segregativas no PB. O autor apresenta, por meio dos seus estudos, o racismo linguístico no Brasil, através de interdições de outros falares desde o período do Brasil Colônia, por meio do decreto de Marquês de Pombal, ao colocar como única a língua da corte, vinda de Portugal e tentar extirpar as demais variações e línguas nativas. Nas palavras do teórico, “[...] a linguagem brasileira passou a ser vista como imprópria e corrompida, devendo prevalecer o cânone coimbrão, da antiga metrópole colonial.” (LUCCHESI, 2015, p. 24). Observa-se, então, a negação da linguagem de classes minorizadas, prestigiando, unicamente, uma linguagem sexista, cisnormativa, e euronortecentrada.

Embora a língua seja um fato social e sofra alterações para adequar-se aos falantes, o PB, assim como outras línguas é repleta de resistências advindas de um sistema patriarcal, machista, sexista e branco. Se a mudança não for para beneficiar a classe tida como maioria, tal acontecimento não segue à frente. Desta forma, a língua continua a oprimir e possuir diferentes marcadores linguísticos que interditam corpos/corpos na sociedade. Assim, pensar no sexismo e na binaridade presentes na língua é retomar ao conceito de heteronormatividade proposto por Judith Butler (2003) em seus escritos.

De acordo com a filósofa estadunidense, a heteronormatividade é o conceito de normas inseridas na sociedade por meio de uma visão cisheterossexual, ou melhor, por uma heterossexualidade compulsória onde julga como abjeto tudo aquilo a deslizar do “padrão” heterossexual. A heterossexualidade legitima o binarismo desde formação do feto, ao associar, em uma ultrassonografia, por exemplo, a vulva à menina e o pênis ao menino. Esse processo é legitimado biologicamente pela heteronormatividade ao ligar o órgão genital ao sexo e gênero do indivíduo.

Ao chegar no contexto escolar, a heteronormatividade encontra-se presente desde a pré-escola, ao ensinar as corpos/os corpos uma postura de acordo com o sexo/gênero recebido



no seu nascimento. Neste espaço, pessoas são marcadas por feminino e masculino desde as brincadeiras até o ensino de gramática, mostrando como é a forma “correta” de dirigir-se ao homem ou à mulher. Adiante, veremos mais sobre essas/esses corpas/corpos e o controle deles no contexto escolar.

CORPAS/CORPOS NÃO-BINÁRIES

Idealizar um mundo não-binário parece soar estranho, anormal e fora de contexto. Ouvir determinada pessoa falar não ser homem nem mulher nos assusta ao ponto de colocar tal corpo como abjeto. Contudo, antes de discutir essa/esse corpa/corpo não-binária e, em consequência a abjeção, é preciso voltar ao tempo para compreender as teorias presentes do século XVIII até o XIX. “[...] Como sujeitos cultural e historicamente constituídos, passamos a vislumbrar a divisão entre masculino e feminino como algo fixo, natural, indiscutível e repleto de verdades inquestionáveis, ou seja, como algo reificado (SOUZA & CARRIERI, 2010, p. 01), todavia, antes da ciência enveredar-se pelos caminhos da binaridade, o conceito de mulher e homem não era discutido, pois, para a época, o corpo com vulva tratava-se do representante inferior do único sexo, o masculino. Assim, o corpo tido pela sociedade moderna como feminino seria o corpo ífero ao corpo com pênis. Nas palavras de Souza & Carrieri (2010, p. 01), “[...] havia uma escala de perfeição que começava com a mulher e atingia seu apogeu com o homem. [...]” Tal escala descrevia a evolução do corpo humano, sendo o homem a maior magnificência e, a mulher, a menor progresso. No contexto da época, a mulher não era considerada algo diferente do homem, mas um homem invertido e inferior.

Somente a partir do século XIX a teoria do sexo começa a discutir sobre o feminino-masculino e mulher-homem por questões capitalistas e por divisões de tarefas com o objetivo de inferiorizar a mulher na sociedade. Por meio da filosofia, essa atitude, tida como biopolítica¹, revelou à burguesia o serviço inferior que a mulher, enquanto sexo biológico, possuía perante a sociedade. “[...] A necessidade de diferenciar homens e mulheres era uma preocupação do pensamento iluminista que acabou influenciando a forma como as ciências

¹ De acordo com Furtado e Camilo (2016, p. 37) “[...] A biopolítica tem como seu objeto a população de homens viventes e os fenômenos naturais a ela subjacentes. Regula e intervém sobre taxas de natalidade, fluxos de migração, epidemias, longevidade. Não é um poder individualizante, como as disciplinas, mas massifica os indivíduos a partir de sua realidade biológica fundamental [...]”

conceberam e interpretaram as questões relacionadas ao sexo. [...]” (SOUZA & CARRIERI, 2010, p. 01).

Diante do exposto, fica claro que, somente a partir do século XVIII, é que podemos falar de gênero. Sob essa perspectiva, o significado de gênero é visto como construído historicamente de acordo com as relações sociais e de poder de uma época. Anteriormente, [...] só havia um sexo e não fazia o menor sentido discutir aspectos relacionados a gênero. Apesar de não podermos afirmar que existe um único conceito de gênero, podemos corroborar que, em sua visão científica mais tradicional, ele só passa a existir com a divisão do homem em dois sexos: masculino e feminino. Divisão esta que a ciência passa a incorporar como verdade inquestionável. (SOUZA & CARRIERI, 2010, p. 01).

A partir dos anos 1950 até a contemporaneidade, as teorias denominadas pós-modernas deram luz aos estudos sobre o conceito de não-binaridade na atual sociedade, revelando os padrões burgueses recriminadores da não-binaridade de gênero, ao colocar a não rotulação de gênero como abjeto e algo fora da realidade social. Esse fenômeno de abjetificação e desprezo criado pelo padrão cisheteronormativo e implantado na sociedade, é tido como inteligível. Contudo, mesmo a cisheteronormatividade, por meio das reproduções sociais binárias, impondo a binaridade de gênero, diversas/diversos corpos/corpos esquivam-se dessa modalidade. São as/os/us chamadas/chamades/chamados não-binários/não-binárias.

A não-binaridade corresponde a não adequar-se ao sistema binário homem-mulher proposto pela sociedade e alicerçado na matriz de inteligibilidade de gênero. Em outras palavras, em consonância com o pesquisador Iran Ferreira de Melo (2021, p. 01):

A não-binariedade de gênero é um modo de nós reconhecermos um lugar outro para além do dualismo masculino-feminino e homem-mulher, que é uma herança da nossa formação cultural advinda da nossa colonialidade resultante das práticas colonialistas que vivemos a partir das invasões à América desde séculos atrás e nos legaram uma maneira de estar no mundo e de pensar muito proveniente do norte global.

Em vista disso, ser não-binária é viver, ou melhor, transitar dentro de ambos os gêneros sem associar-se a nenhum. “[...] Assim, gênero atingiu um novo significado, afastando-se de um conceito biológico e aproximando-se de uma abordagem sociológica” (SOUZA & CARRIERI, 2010, p. 01). Para a sociedade normativa, esculpida nos moldes cisgêneros, essa modalidade torna-se inválida para a identificação do gênero, pois há uma quebra de paradigma do sexo/gênero concedido ao nascer. Mas, afinal, o gênero realmente precisa ser identificado? Por que, em todo tempo, precisa-se identificar corpos/corpos como feminino ou masculino, mulher ou homem? Essa necessidade de enquadrar seres humanos em

determinado sexo/gênero provoca repugnância com pessoas que não aceitam ser rotulados pelo sistema, provocando, contudo, uma desestabilidade no modo cisheteronormativo.

GRAMÁTICA E BINARIDADE

Segundo a gramática do PB, a designação de gênero pode ser atribuída a substantivos, bem como a pronomes e artigos definidos e indefinidos. “[...] O gênero, que condiciona uma oposição entre forma masculina e forma feminina, tem como flexão básica um sufixo flexional, ou desinência -a (átone final) para a marca do feminino. [...]” (CÂMARA JR, 1999 p. 84). Todavia não há na palavra masculina uma desinência. A vogal temática –o não é considerada uma marcação de gênero, mas sim a universalização da língua para ambos sexos/gêneros.

Assim, o masculino e o singular se caracterizam pela ausência das marcas de feminino e de plural, respectivamente, como peru, masculino singular; perus, masculino plural; perua, feminino singular; peruas, feminino plural. Em outros termos, pode-se dizer que ambos são assinalados por um morfema gramatical zero (\emptyset). (CÂMARA JR, 1999, p. 84).

Nesse contexto, Mattoso Câmara Junior nos faz refletir sobre o sexismo machista na língua quando afirma que o –o não é considerado uma desinência de gênero.

Para os gramáticos, universalizar a língua é uma forma de simplificar a fala abrangendo a todas as pessoas. Contudo, é preciso levar em consideração que tanto a gramática do PB quanto a de outras línguas foram formadas por homens cisheteronormativos, patriarcais, elitizados e brancos. Assim, como não apontar para o machismo sexista na língua?

Em uma tentativa de ‘reparar’ o erro machista e sexista do PB, no ano de 2012, a presidenta Dilma Rousseff sancionou em diário oficial a lei nº 12.605 onde prevê a obrigatoriedade do emprego da flexão de gênero ao nomear profissões ou graus de diplomas. Segundo a lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Art. 2º As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1º a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino. (BRASIL, 2012)

Embora o decreto possua a função de igualar os gêneros com uma ação feminista e, em consequência dismantelar o machismo na língua, ele acaba por trazer à tona a binaridade de

gênero prescrito pelo sistema heteronormativo desde a nossa gênese. Ao pensar de acordo com a gramática, o decreto apenas emergiu a binaridade social feminino/masculino; mulher/homem ensinado nas aulas de Língua Portuguesa, onde advogado é masculino e possui morfema (\emptyset) e advogada é feminino porque possui desinência de gênero (-a).

Se por um lado a gramática normativa nos faz perceber a existência do sexo feminino, tão apagado pela língua machista, por outro, ela acaba por sucumbir todas/todos/todes cujo sexo/gênero não se encaixa no feminino ou masculino. Desta maneira, o gênero não-binário fica de fora do ensino de gramática, causando o *apartheid* social de uma classe minorizada.

Em conformidade com Görski e Coelho (2009, p. 74), as

nossas gramáticas normativas atuais são heranças de uma tradição clássica greco-romana, cuja norma se baseia numa concepção de língua homogênea, tida como um padrão abstrato que existe independente dos indivíduos que a falam. As regras gramaticais são rígidas e fixadas a partir de textos escritos literários de alguns escritores portugueses e brasileiros, constituindo [...] o “erro clássico” da tradição gramatical. As edições mais modernas das chamadas gramáticas pedagógicas, embora atualizem os exemplos utilizando textos variados da literatura e da mídia brasileira, seguem, em geral, o padrão prescritivo das gramáticas mais clássicas

Em vista disso, é perceptível como o PB, por meio da gramática normativa exclui corpos/corpos que não fazem parte da sociedade burguesa. Essa gramática ensinada nas escolas foge da nossa realidade e, “[...] “se transpormos para hoje aquilo a que a gramática tradicional remete podemos ver que ela reforça o ‘dialeto da elite’, que ela reforça padrões de uso que são próprios a uma classe dominante, que o seu ensino (quer bem ou mal feito) faz silenciar outros usos”. [...]” (GÖRSKI & COELHO 2009, p. 74 *apud* MATTOS E SILVA, 1980 p. 13 (*grifos de autor*)). Assim, o padrão elitizado cisheteronormativo é legitimado e tido como normal mediante a essas ações que o coloca-o na posição de destaque.

O que se pode perceber é que as críticas ao uso da linguagem “neutra”, disruptiva ou não-binária, embora importantes para reflexões sobre esse fenômeno linguístico, em sua maioria, são feitas por pessoas que não são especialistas da língua e, quando são, além de não serem pessoas cuja identidades de gênero se pautam na não-binaridade, acabam enfatizando suas críticas a aspectos, apenas, político-partidários, sem conceder importância à representatividade que esta proposta traz que é a de inclusão às pessoas NBs tanto na fala, quanto na escrita do PB.

Guacira Lopes Louro, uma grande estudiosa de temas como gênero e sexualidade, já vocalizava em seus estudos a necessidade de a escola abordar questões presentes na sociedade:

A escola “dá lições” de sexualidade cotidianamente, muito além das possíveis sessões de “educação” ou “orientação sexual” previstas no currículo; em consequência, qualquer tentativa de um projeto educacional alternativo implica uma tomada de posição mais ampla. Caminhar nessa via implica a ampliação da discussão sobre a sexualidade, na escola, e fora dela. Isso supõe acolher a cultura e os saberes dos/das jovens; supõe debater e problematizar as representações de feminino e masculino que estão sendo feitas pela mídia, pelas igrejas, pelos discursos diretos [...]. Essa perspectiva obriga-nos a fazer face a nossas próprias histórias e preconceitos e a assumir, criticamente, que estamos envolvidos/as em jogos e relações de poder que separam, classificam e discriminam sujeitos. (LOURO, 1998, p.95)

Embora alguns estudiosos/estudiosas “torçam o nariz” sobre o tema, existem linguistas que pensam ao contrário; Héilton Diego Lau é um deles, que em seu artigo “O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na Língua Portuguesa: a voz “del@s” ou “delxs”? Não! A voz “delus”!” provoca questionamentos sobre o PB e o compara com a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS:

Uma das línguas oficiais do Brasil – a língua portuguesa (LP) – não possui um “gênero neutro”, pois nela nota-se essa “caixinha binária”, pois sempre fala-se o copo, a televisão, ou seja, marca o gênero masculino e o feminino em tudo. Não faz exceção quando refere-se às pessoas. A LP diferencia tudo em masculino e feminino. (LAU, 2017, p.2)

Ou seja, mesmo que linguisticamente a palavra “Todos” seja considerada uma palavra que contemple todas as pessoas por ser neutra, na prática, percebemos que não é assim que ocorre, uma vez que a maioria das palavras acabam remetendo apenas ao gênero masculino, como nos exemplos a seguir, elencados por Jonas Maria, onde identifica-se como trans não-binário, com formação em Letras, em seu canal no *You Tube*:

“Os homens lutaram na revolução francesa por um mundo mais justo, marcado pela liberdade, igualdade e fraternidade”.

“Todos foram premiados pelas suas descobertas científicas”.

Portanto, surge o seguinte questionamento: quantas mulheres já foram premiadas pelas suas descobertas científicas desde que o mundo se tornou mundo? As mulheres recebem o mesmo espaço que os homens na ciência? E também recebem a mesma valorização? Quem foi/é Joana D’arc, Maria da Penha, Marielle Franco, Dilma Rouseff na história?

Lau (2017) também defende a Libras como uma língua neutra se comparada à Língua Portuguesa, por as sinalizações não marcarem gênero. Doravante, Lau (2017 apud STREIECHEN, 2013, p. 73) postula que “na Libras, a indicação de gênero é marcada sempre pelo sinal de ‘HOMEM’ ou ‘MULHER’ antecedido do sujeito”.

Sobre o uso da linguagem neutra, o pesquisador indaga:

Pesquisando na internet sobre pessoas não-binárias, encontram-se comentários destas a respeito da linguagem neutra, que é uma ferramenta utilizada para superar a questão de forma resolutiva, embora não seja uma imposição moral, pois esta se faz nas demandas realizadas enquanto um grupo social, e existe hoje uma demanda de respeito às pessoas trans, que devem ser consideradas sujeito de sua própria liberdade, autonomia e identidade. Ou seja, as pessoas são livres para utilizarem (ou não) esta linguagem, tanto na forma oral como escrita, pois a sociedade ainda se fixa em traços estereotipados de gêneros binários. (LAU, 2017, p.7).

A colunista da Gazeta do Povo, Cristina Graeml, em um vídeo de aproximadamente 11 minutos, postado pelo canal do jornal na plataforma *Youtube*, discute e analisa, segundo ela, as incoerências de adaptar o português para a linguagem neutra e o porquê é impossível. A jornalista inicia discorrendo sobre como alguns grupos estão sendo patrulheiros ideológicos da Língua Portuguesa e como as pessoas são impedidas de se expressar nos contextos por terem opiniões de cunho machista e homofóbico – vista pela palestrante como censura. O vídeo possui onze minutos e em vários momentos a autora menciona linguagem “neutre” ao invés de “neutra”. Contudo, Lau (2017, p.5) cita:

“Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN & VOLOCHINOV, 2004, p. 31, ênfase dos autores). Tratar a utilização do pronome “neutro” como posição ideológica, traz a noção de que pessoas que fogem do espectro binário de gênero possam ser visibilizadas especialmente na forma oral da LP.

No vídeo, Cristina menciona que um colégio de Recife utilizou em um slide feito para uma turma do 9º ano do ensino fundamental a palavra “obrigade” ao invés de “obrigado/obrigada. O que mais chama atenção na fala da colunista é que o tema abordado foi sugerido pela própria turma, mas, segundo ela, isso pouco importava – o que se percebe um apreço pela educação tradicional, onde os alunos só possuem a função de ouvir e abstrair os conteúdos, sem terem a oportunidade de questioná-los.

Fica muito visível o discurso conservador da colunista e até incoerente, pois durante todo o vídeo a autora de vídeo em nenhum momento menciona a diversidade de gêneros e

identidades sociais existentes na sociedade. Além disso, a proposta da linguagem neutra é a não marcação de gênero às pessoas e não a mudança de todas as palavras da Língua Portuguesa como a jornalista enfatiza.

Existem formas de não se marcar o gênero no Português Brasileiro e alguns exemplos são mostrados na obra *Manual para o uso não sexista da linguagem* com autoria de Paki Venegas Franco e Julia Pérez Cervera, com tradução para o português de Beatriz Cannabrava. Para as autoras, existe um uso sexista da língua tanto na fala quanto na escrita, principalmente em contextos formais onde não se usa uma linguagem mais inclusiva e menos machista. Além disso, as estudiosas citam que a língua em si não é sexista, mas é como a usamos que a torna sexista. Franco e Cervera (2005, p.5) mencionam que “a única forma de mudar uma linguagem sexista, excludente e discriminatória, seja explicar qual a base ideológica em que ela se sustenta, assim como oferecer alternativas concretas e viáveis de mudança”.

A seguir, as autoras trazem alguns exemplos de como podemos usar a língua de forma não-sexista:

Genéricos reais são:

Infância

As crianças ou a infânciaem lugar de: os meninos
A população.....em lugar de: os homens
A cidadania.....em lugar de: os cidadãos
A descendência.....em lugar de: os filhos
O pessoal..... em lugar de: os trabalhadores

Professorado

O pessoal docente....em lugar de: os professores
O eleitorado..... em lugar de: os eleitores
A juventude..... em lugar de: os jovens
A humanidade..... em lugar de: os homens

Exemplos práticos

Redação excludente Não recomendada	Redação inclusiva Recomendada
Os indígenas terão crédito...	A população indígena terá crédito...
Os jovens que desejem estudar...	A juventude que deseje estudar...
Os votantes do Distrito Federal tendem a...	O eleitorado do Distrito Federal tende a...
Os cidadãos se manifestaram...	A cidadania se manifestou...

(pág. 32)

Os exemplos trazidos pelas autoras são interessantes, visto que são construções presentes no PB. Contudo, infelizmente, na sala de aula, não são valorizadas tais construção, focando sempre na marcação do gênero pelos artigos como *os* estudantes, *os* jornalistas, *os* professores etc. Em suma, “Não é tão difícil, é uma questão de clareza na linguagem e de vontade pessoal, de coerência e concordância entre o significado de nossas palavras e o significante que realmente queremos comunicar”. (FRANCO e CERVERA, 2005, p.33)

Para a estudiosa Guacira Lopes Louro, o artigo *Gender: a useful category of historical analysis*, escrito pela historiadora estadunidense Joan Scott, em 1986, foi de grande importância para as discussões sobre as relações de gênero, pois as ideias propostas “tenham sido férteis e, ao mesmo tempo, perturbadoras” (LOURO, 1997, p.29). Segundo a autora, Scott (1986) postulava:

é preciso desconstruir o "caráter permanente da oposição binária" masculino-feminino. Em outras palavras: Joan Scott observa que é constante nas análises e na compreensão das sociedades um pensamento dicotômico e polarizado sobre os gêneros; usualmente se concebem homem e mulher como polos opostos que se relacionam dentro de uma lógica invariável de dominação-submissão. Para ela seria indispensável implodir essa lógica. (LOURO, 1997, p.30-31)

A lógica binária (macho-fêmea; masculino-feminino; homem-mulher) trazida e difundida pelo patriarcado no mundo se baseia nas relações de poder, sendo um dos polos colocado como “inferior” e o outro “superior”; no caso, historicamente e biologicamente, pessoas nascidas com pênis seriam homens, que seriam superiores às pessoas que nascessem com vulva, as mulheres. Tendo essa oposição, se faz equiparar, por essa mesma lógica, outras dicotomias, como razão-sentimento, razão-coração, forte-fraco, base-estrutura, entre outros, evidenciando que estes pares estão ligados ao dito masculino-feminino, sempre privilegiando o primeiro.

Louro (1997) reflete que as desconstruções em torno dessa oposição binária trazem consequências significativas para que outros modos de masculinidades e feminilidades que constituem o social também sejam incluídos e respeitados. Mas, não somente estas, mas tudo aquilo que não se quer ser colocado na caixinha binária do masculino e feminino. Afinal, chamando para a discussão a filósofa Simone de Beauvoir, esta cita que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Sendo assim, a (re)configuração do vernáculo brasileiro, possuindo como base linguística a língua do colonizador, tendo em vista as múltiplas culturas que habitam esse espaço, pode e deve ser discutida de acordo com a perspectiva desses corpos que, além de habitar este território, são dele originado, por isso, também, não devem se calar. A linguagem “neutra”, não-binária, ou neolinguagem² não visa impor uma nova gramática; muito pelo contrário,

² Neolinguagem - palavra utilizada pelo militante LGBTQIAP+ Vitor Rubião, em seu artigo "Neolinguagem: um futuro inclusivo e contra o sistema", publicado pelo site TODXS, para relacionar ao que chamamos de "linguagem neutra" ou "linguagem não-binária". Para o autor, o termo neolinguagem é melhor termo para designar o tema aqui em discussão, por englobar melhor a diversidade que existe na sociedade.

visa trazer uma reflexão que o PB é sexista, machista e não inclui a diversidade que existe na sociedade.

CONSIDERAÇÃO NÃO FINAIS

Procuramos, neste texto, reverberar sobre nossas práticas em sala de aula, como elas ainda são carregadas de preconceitos e, com isso, excluindo do processo de ensino-aprendizagem pessoas que não coadunam com as normas canônicas de gênero e sexualidade. Repetir modelos de opressão e silenciamentos não é definitivamente a forma mais adequada de produzir conhecimentos. Criar, pensar em formas não normalizadoras e não coercitivas a fim de produzir um processo de ensino e conseqüentemente de aprendizagem com, pela e para as diferenças é trazer uma pedagogia transgressora, que tem a ver com a quebra de paradigmas, com inovação, com questionamentos e com rupturas. (SOARES; FONTES, 2019). Uma pedagogia onde não visa encarcerar mentes e sim, libertá-los/as, embasada na prática libertadora vindas para transgredir normatizações, subverter as opressões e produzir conhecimentos e sujeitos emancipados.

No Brasil, a herança da escravidão e do colonialismo branco, patriarcal e cisheterossexual ainda está vivamente presente no modo como organizamos a sociedade e, conseqüentemente, a educação. E aqui, questionamos: a quem interessa a manutenção de uma educação que não transgrida determinados limites? A coexistência do múltiplo, do diverso, do contraditório, as diferenças... As normas excludentes querem adormecer, controlar e disciplinar corpos. Precisamos sair das nossas zonas de conforto, permitir-nos outras visões, outras experiências subjetivas e corporais, é isso, que este texto está propondo.

É preciso garantir espaços para grupos que nunca antes tiveram oportunidade de falar para que agora sejam ouvidos. É necessário transformar o curso da história, já que narrativas contadas pelos “vencedores” não representam a mesma história vivida por aqueles que foram “vencidos”. Dar espaços a todas/todos/todes as vozes para que elxs contem suas histórias a partir das suas próprias experiências. A escritora nigeriana, Chimamanda Ngozi alerta para os perigos da história única³, e nos provoca afirmando que há poucos espaços

³ Trecho retirado da palestra proferida pela escritora Chimamanda Ngozi Adichie e intitulada “Os perigos da história única” através da qual, a autora, a partir de fatos de sua vivência como nigeriana e as representações coloniais de seu continente, alerta sobre a produção de uma história universalizante de base racista e sexista e aponta caminhos alternativos a essa construção de uma história única.



para uma história não hegemônica ou uma versão sobre as culturas tradicionais que não sejam caricaturadas. É hora de haver alteração no s(c)istema opressor que permite a morte de corpos/corpos diariamente.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola. Ed 7º. 2001.

_____. **Não é errado falar assim: em defesa do português brasileiro**. São Paulo: Parábola. 2009

BRASIL. **Lei Nº 12. 605, de 3 de abril de 2012**. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112605.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da Língua Portuguesa**. Petrópolis: Vozes. Ed. 30º. 1999.

FRANCO, Venegas Paki; CERVERA, Pérez Julia. **Manual para uso não sexista da linguagem**. 3. ed. Disponível em: <www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/outros-artigos-e-publicacoes/manual-para-o-uso-nao-sexista-da-linguagem/>. [2009?]. Acesso em 12 mar. 2021.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**. Fortaleza, v. 16, nº 03, p. 34-44, dez 2016.

GÖRSKI, Edair Maria.; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação Linguística de Ensino de Gramática. **Working Papers em Linguística**. Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 73-91, fev 2009.

GRAEML, Cristina. Linguagem neutra em português?. **Gazeta do Povo**. Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SDxJu7-dFrA&t=1s>>. Acesso em 15 nov. 2020. 11m.31s.

LAU, Diego Héilton. O uso da linguagem neutra como visibilidade e inclusão para pessoas trans não-binárias na Língua Portuguesa: a voz “del@s ou delxs”? Não! A voz “delus”!. **Simpósio Internacional de Educação Sexual: saberes/trans/versais currículos identitários e pluralidades de gênero**. Paraná, 2017. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2017/31112.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2020

LOURO, Guacira. Sexualidade: lições na escola. In: MEYER, E.E. D. (Org.). **Saúde e Sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação, 2000, cap.6, p. 85-96.

LUCCHESI, Dante. **Línguas e sociedades repartidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015

MELO, Iran Ferreira de. **LINGUAGEM DESRUPTIVA: parte 01 – fundamentos da linguagem não-binária**. Disponível em: <<https://nuqueer.medium.com/linguagem-disruptiva-bc1aee41cfb2>>. Acesso em: 05 de mar de 2021.

SOARES, Mayana Rocha, FONTES, Ramon. **Pedagogias Transgressoras**. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. (Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação na modalidade EaD da UFBA/SEAD/UAB).

SOUZA, Eloisio Moulin de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero**. RAM, Rev. Adm. Mackenzie (Online) vol.11 no.3 São Paulo May/June 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712010000300005>>. Acesso em: 08 de mar de 2021.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Bruno Pacheco

Mestrando em Letras, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC); Programa de Pós-Graduação em Letras: linguagens e representações; Pesquisador-colaborador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais -NuQueer, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); E-mail: pacheco.letras@gmail.com

Ádrian Henrique Ferreira Barboza

Estudante de Letras Vernáculas e pessoa trans não-binária, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil; E-mail: adrianhenrique1920@gmail.com

Celio Silva Meira

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social Universidade Católica do Salvador (UCSal). Professor da rede estadual de educação e da Prefeitura Municipal de Poções- Bahia. Pesquisador -colaborador do Núcleo de Estudos Queer e Decoloniais - NuQueer, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Estuda as temáticas: religiões afro-brasileiras, Território e Territorialidade, gêneros, sexualidades, Teoria Queer e educação; E-mail: celiomeira2014@gmail.com